

Austeridade é a saída, apesar dos riscos, diz Casarin¹

“Fadiga de austeridade”, porém, é risco, segundo Marcos Casarin, economista-chefe para a América Latina da Oxford Economics

Por Anaís Fernandes — De São Paulo

O Brasil se saiu melhor que seus pares latino-americanos quando o assunto é resgate à economia no choque da covid-19, mas o horizonte para o país nesta década é delicado. Por um lado, precisa da austeridade para "pagar a dívida covid" contraída na pandemia, ainda que o efeito da política no longo prazo seja negativo para o crescimento. Por outro, a perspectiva de dez anos de ajuste fiscal sem avanço relevante da atividade é "socialmente desafiadora" e amplia os riscos populistas, que sempre rondam a região. O diagnóstico de Marcos Casarin, economista-chefe para a América Latina da Oxford Economics, não é uma visão pessimista, diz ele, mas realista.

Como "gastou como um país europeu" no suporte, sobretudo, às famílias e adotou um distanciamento social pouco duradouro e com menor "vigilância" das autoridades, a economia brasileira caiu menos do que em outros países da região e tem se recuperado de forma mais rápida até então, observa Casarin. "É importante notar que o Brasil sofreu menos, mas gastou mais e deixou mais gente morrer."

Os dois fatores, aponta o economista, continuam presentes em 2021 - a Oxford Economics acaba de elevar sua previsão para o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro neste ano de 3,6% para 3,8%, considerando o novo auxílio emergencial -, mas há um elemento adicional que deve guiar a recuperação agora: a velocidade de vacinação. Com um olhar global para a América Latina, Casarin tem uma visão menos pessimista sobre o Brasil nesse quesito do que se costuma ouvir dentro do país.

"É um pouco injusto comparar com Chile, Reino Unido ou outros países que estão vacinando muito rápido, porque eles têm território e população bem menores e, no caso do Reino Unido, ele produziu vacina, óbvio que vai chegar na frente na fila dos carregamentos", afirma. Comparando a vacinação no Brasil com "países comparáveis", Casarin diz que "estamos indo bem". "Claro que gostaríamos que fosse melhor, mas o Brasil não é dos mais atrasados. Talvez, não esteja indo mais rápido porque não há consenso de todas as esferas de governo de que isso é a prioridade."

Para os próximos dez anos, a lição que deve ficar da pandemia para a América Latina é que foi acentuado o "equilíbrio ruim" de baixo crescimento e dívida elevada. "Todos vão crescer menos e terão dívida mais alta", diz. Para alguns países, como Brasil e Argentina, porém, o problema será maior.

No caso brasileiro, uma grande incógnita para a macroeconomia pós-pandemia é "qual seria a alternativa socialmente aceitável a dez anos de austeridade em um ambiente de baixo crescimento e sem boom de commodities", resumiu Casarin em seminário recente do Grupo de Conjuntura Econômica da UFRJ. Ao Valor ele diz não ter uma resposta exata, mas explica sua preocupação. A relação dívida/PIB do país subiu cerca de 15

¹ Publicado no Jornal Valor Econômico de 11/03/2021

pontos percentuais em 2020, aproximando-se de 90%. Pagar essa conta de forma que o endividamento retorne ao nível de 2019 - que já era preocupante, segundo Casarin - exigiria um superávit primário (receitas superiores a despesas) acima de 2% do PIB pelos próximos dez anos.

A estimativa do economista, no entanto, é que o superávit médio do Brasil nesta década seja pouco superior a zero. Ou seja, o país "vai chegar muito tarde" ao superávit, diz ele, o que significa que a dívida vai demorar para cair. Além disso, Casarin destaca que o endividamento brasileiro, ainda que feito em moeda local, o que afasta o temor de crises de dívida externa, foi de curto prazo, gerando "estresse" no mercado sempre que essa dívida precisar ser rolada (refinanciada). "Vamos estar, ao menos pelos próximos cinco a dez anos, na corda bamba dos mercados."

O único período em que o Brasil teve dez anos seguidos de superávit primário da magnitude necessária foi no "boom" de commodities nos anos 2000, lembra Casarin, alternativa que não está no cenário de longo prazo da Oxford Economics. "O PIB nominal [considera efeitos da inflação] crescia 10% ao ano, e a receita cresce em linha com o PIB nominal. Era só você segurar o gasto um pouquinho que, com aumento da receita, já conseguia ter superávit primário. A realidade hoje é muito diferente. O PIB nominal vai crescer, no máximo, 5% ao ano. Você precisa cortar o dobro do gasto", explica ele, arredondando números para facilitar as contas.

O problema é o que Casarin chama de "fadiga da austeridade", observada na Europa nos últimos anos. "Chega uma hora em que se cansa de cortar serviço público, de subir imposto. Você acha que é factível, depois de tudo que o Brasil já fez de 2016 para cá, ter mais dez anos de austeridade?", questiona. "Tratar como cenário-base que tudo vai dar certo e que o Brasil vai, pelos próximos dez anos, cortar gasto e subir imposto pouco a pouco e conseguir chegar lá sem que nada de ruim aconteça é uma premissa otimista do ponto de vista social, porque acho que a sociedade vai se cansar antes disso."

A exemplo do visto hoje no Equador, a "fadiga da austeridade" pode tornar narrativas populistas mais atraentes, diz Casarin. "O Equador fez ajuste fiscal profundo nos últimos quatro anos, mas a população já não aguenta mais. Então, quem lidera o segundo turno presidencial é o candidato do "Correísmo" [relacionado ao ex-presidente Rafael Corrêa], que promete atalhos como fazer política social imprimindo dólares eletrônicos", diz ele, em referência ao candidato da esquerda Andrés Arauz.

O Brasil, para Casarin, pode se ver em uma "cilada meio parecida", seja na eleição de 2022, seja em pleitos futuros. "Nenhum político vai conseguir se eleger prometendo sacrifícios, mas a situação do Brasil requer isso. Aí que vejo o limite social desse cenário de que tudo vai dar certo, teto dos gastos, PEC Emergencial. Os economistas compraram a ideia, mas e a população? O que eu acho que vai acontecer é que ela não vai comprar."

Apesar dos dilemas, Casarin diz não ver alternativa ao ajuste fiscal no Brasil. "A alternativa é austeridade e torcer para dar certo. É o menos pior. Se não for isso, a gente cai no precipício." Pode jogar a favor do Brasil a tolerância maior que existe no ambiente internacional com níveis de dívida mais altos, pondera ele.

